

Estratigrafia de uma paisagem invisível: narrativas museais e arqueológicas sobre o Recolhimento de Santa Teresa, Niterói/RJ/Brasil

Alejandra Saladino*

Lucia Brito**

SALADINO, A.; BRITO, L. Estratigrafia de uma paisagem invisível: narrativas museais e arqueológicas sobre o Recolhimento de Santa Teresa, Niterói/RJ/Brasil. R. Museu Arq. Etn. 39: 128-139, 2022.

Resumo: o Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, uma edificação do século XVIII construída com o fim de abrigar mulheres a pedido ou ordem de seus parentes do gênero masculino, bem como as de conduta social desviante, localiza-se na região oceânica de Niterói. À sua desativação, estimada na segunda metade do século XIX, sucedeu-se um processo de abandono e deterioração de suas estruturas, as quais foram aproveitadas como moradia por algumas famílias de pescadores tradicionais da região. Seus valores enquanto referência patrimonial foram reconhecidos em 1955, quando houve sua inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Preservado em ruínas, em 1977 foi transformado em museu regional do IPHAN, o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), inicialmente dedicado à arqueologia pré-colonial. Visamos aqui refletir sobre o lugar das recolhidas nas narrativas museais e arqueológicas que constituem o discurso do museu – à luz da Arqueologia de Gênero, Arqueologia da Paisagem e Museologia. Da análise, de base fenomenológica, advêm resultados preliminares, a sugerir que o discurso da entidade ainda não se apropriou das ondas dos feminismos retroalimentadas pelos movimentos de renovação da Museologia, pois mantém, em primeiro plano, as narrativas relacionadas ao passado pré-colonial e ao passado recente, centradas na pesca artesanal e na relação com a paisagem, cujo protagonismo está no olhar e nas vivências masculinas. O significado da paisagem local se transformou sem evidenciar a multivocalidade daquele espaço, onde permanecem subterrâneas as memórias das mulheres encarceradas, a despeito da materialidade das ruínas do antigo recolhimento que proporcionam uma memória retrospectiva e materializada.

Palavras-chave: Arqueologia de gênero; Arqueologia da paisagem; Museologia; Musealização; Patrimônio sensível.

Nossos dados são realmente nossa própria construção das construções das outras pessoas.

Clifford Geertz

* Professora do Curso de História da Universidade Complutense de Madrid e do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <luciazbrito97@gmail.com>

Apresentação

Nossas reflexões se estabelecem em zonas de contato entre a Arqueologia e a Museologia, onde as fronteiras disciplinares dizem pouca coisa ou algo que não nos interessa aqui reforçar (como a dimensão política do campo acadêmico e a autoridade e legitimidade do discurso do seu agente).

De fato, interessa-nos focar sobre as possíveis pontes entre os campos, erigidos em convergências e semelhanças, expostas nas premissas a seguir:

Arqueologia e Museologia são campos disciplinares da área das ciências humanas e sociais que, a despeito das pré-noções do senso comum e das práticas curatoriais sobre a cultura material (que, em certa medida, reduzem seus potenciais à geração, estudo e comunicação da herança cultural manifesta na materialidade das coisas), são projetivos, isto é, partindo do passado, miram para o futuro;

Arqueologia e Museologia são disciplinas que criam sentidos, inventando acervos e narrativas e, portanto, exercem papel fundamental nos processos de patrimonialização;

Arqueologia e Museologia, junto a outras disciplinas de diversas áreas, podem ser reunidas junto a estas no termo guarda-chuva de Ciências do Patrimônio¹ (Barcelos & Saladino 2021: 1).

Por tudo isso e pela percepção do desenvolvimento e fortalecimento da Musealização da Arqueologia no país (Bruno 2018), compreendemos ser pertinente explorar as lentes de análise disponíveis em ambos os campos para empreender estudos sobre a dimensão patrimonial de sítios e outros marcos espaciais das memórias.

Nossos interesses comuns e estudos particulares sobre um sítio arqueológico histórico localizado na região oceânica da cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, contribuíram para definir o objeto de estudo, nomeadamente os remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa que, desde o fim dos anos 1970, abriga a sede do Museu de Arqueologia de Itaipu

(doravante nominado MAI). Tombado em instância federal pelos seus valores históricos e artísticos, o Recolhimento é um marco na paisagem em permanente transformação, que tem como eixo central das práticas sociais a pesca, há pelo menos 5 mil anos.

Essa prática econômica, tradicionalmente associada ao gênero masculino (e, vale destacar, de forma reducionista), encontra nesse equipamento de coerção social transformado em lugar de memórias da região um espaço de reconhecimento e valorização, pese as transformações pelas quais a zona passou.

Todavia, aqui nos interessa interrogar sobre o lugar das mulheres recolhidas no Canto Sul da Praia de Itaipu entre os séculos XVIII e XIX no discurso do MAI. Para tal, partindo da Arqueologia de Gênero, da Arqueologia da Paisagem e da Musealização da Arqueologia, traçamos um percurso que parte justamente de um debate sobre o recorte teórico do qual selecionamos nossas lentes de análise para nosso objeto de estudo. Na sequência, apresentamos um recorte sobre a estratigrafia das memórias desse espaço, desde sua ativação como equipamento de exclusão, alijamento e estigmatização de mulheres, ao museu dedicado à dimensão arqueológica e patrimonial da região. Dessa leitura estratigráfica – baseada em revisão bibliográfica que levou em conta estudos previamente realizados e alicerçados nos mais diversos campos (ciências sociais, ciência da informação, história, patrimônio cultural etc.) –, identificamos os elementos pertinentes para tecer as interpretações sobre o lugar das mulheres recolhidas nas narrativas museais do MAI, bem como propor estratégias para entretecer essas narrativas destacadas na trama das memórias da região.

Arqueologia de Gênero e Arqueologia da Paisagem: breves notas sobre as lentes de observação

Ainda que o tema da Arqueologia de Gênero não remonte a quatro décadas, são diversos e inúmeros os estudos a ele. E, porque são igualmente muitas as

¹ Ciências do Patrimônio: campo transdisciplinar constituído pelas ciências humanas e naturais, que contempla “aspectos físicos e materiais que dão suporte à Conservação-Restauração, mas também à gestão, registro, documentação e interpretação do patrimônio cultural” (Gonçalves 2019).

publicações dedicadas à revisão da temática (Díaz-Andreu 2005; Sene 2017; Wichers 2017), não pretendemos reproduzir aqui essa tarefa, limitando-nos, tão somente, a destacar algumas obras seminais, como o artigo das arqueólogas Margareth Conkey e Janet Spector (1984), intitulado “Arqueologia e o estudo do gênero”, e o livro editado pela arqueóloga Almudena Hernando (2000), com o fito de exemplificar obras onde é possível aprofundar a reflexão sobre as especificidades da arqueologia de gênero e a construção da subjetividade feminina, que, por sua vez, tornam-se mais evidentes quando confrontadas com as diretrizes da arqueologia feminista.

Na primeira obra, um manifesto feminista, está clara a denúncia do binarismo na interpretação do registro arqueológico que privilegia o aspecto masculino sobre o qual está fundado o discurso dessa área de estudo. Em outras palavras, evidencia-se o caráter androcêntrico da disciplina arqueológica ao relacionar a categoria sexo ao papel social desempenhado pelo agente. Na segunda obra, compreende-se a base da arqueologia de gênero, a reflexão sobre as categorias sexo e gênero.

Coincidimos com a arqueóloga Gláucia Malerba Sene (2017) quando ela ressalta o potencial teórico-metodológico dos estudos de gênero na interpretação do registro arqueológico para iluminar certos aspectos sociais invisibilizados ou percebidos sob uma ótica reducionista, resultante da hegemonia do paradigma androcêntrico², no âmbito da disciplina arqueológica. Malerba Sene (2017: 165) ressalta o esforço de suplantar a perspectiva dicotômica e binarista nas análises e interpretações no “âmbito da arqueologia de gênero”, uma vez que, além da tendência de privilegiar o aspecto masculino dos processos sociais, a partir dela se reproduz uma visão essencialista e unilateral de feminilidade –

e da masculinidade, que fatalmente resulta em interpretações reducionistas do passado da humanidade. Assim sendo, ainda em consonância com Malerba Sene, a arqueologia de gênero, considerando a “relação de complementaridade e reciprocidade com enfoque plural” e “lembrando sempre que papéis, identidades e sexualidades se alteram ao longo do tempo e do espaço” (Sene 2017:170), compromete-se com o estudo das representações e papéis sociais de gênero, bem como aqueles relacionados ao aspecto geracional.

Essa mudança foi possível ao se considerar as especificidades dos processos de construção de identidades de gênero manifestadas em relação de reciprocidade e complementaridade nos espaços sociais. Em outras palavras, decorreu da observação e interpretação do registro arqueológico, evitando a tendência de essencializar o paradigma androcêntrico (por exemplo, associar diretamente ao gênero masculino um artefato associado à prática da caça) e mirando sobre as escalas microespaciais, como as unidades domésticas.

Como anteriormente mencionado, as características da arqueologia de gênero se evidenciam quando observamos as especificidades da arqueologia feminista, no qual está manifesto o posicionamento político. Em efeito, o empenho em identificar e denunciar a manifestação e reprodução do paradigma androcêntrico na produção de conhecimento sobre o registro arqueológico se expõe claramente na arqueologia de gênero, na arqueologia feminista e na arqueologia *queer*, pois estão comprometidas com a produção de conhecimento que respeite as especificidades dos sistemas sociais estudados concretamente e os múltiplos papéis sociais assumidos pelas pessoas que, por sua vez, coincidindo com Sene (2017: 165), não são restringidas pelas especificidades biológicas compartilhadas. Em resumo, essa visão decorre da compreensão de que tanto a categoria gênero quanto a categoria sexo são representações sociais (Nordbladh & Yates; Meskell; Joyce; Sofaer; Butler; Voss *apud* Sene 2017).

Sene (2017) observa a importância de cuidar da interpretação do registro arqueológico.

² Compreendemos, como paradigma androcêntrico no campo da arqueologia, a tendência de priorizar e valorizar uma representação essencialista e unilinear de masculinidade, tornando opacos os diversos gêneros do contexto arqueológico, bem como a forma de atuar e produzir no campo, invisibilizando os estudos realizados por mulheres.

Concretamente, ao passo que ressalta a “pluralidade e complexidade das construções sociais de gênero”, também reconhece as inegáveis e incontornáveis limitações contextuais específicas dos estudos sobre a materialidade do passado. Dito de outra forma, “a análise e interpretação de gêneros não podem ser capitaneadas por classificações de sexualidades e identidades da atualidade” (Sene 2017: 170). Assim, a autora ilumina aspectos importantes a considerar no estudo do registro arqueológico desde as lentes da arqueologia feminista. Coincidimos com a ideia de que:

Não podemos nos entrincheirar exclusivamente em estereótipos e paradigmas do presente para interpretar o passado. As referências afinadas com os contextos político-ideológicos e com as militâncias de gêneros fazem parte do processo, mas não são seus exclusivos definidores. Nosso processo de interpretação de gêneros, identidades e sexualidades em arqueologia deve ser marcado por intensa relativização sem perder de vista que sua base *sine qua non* é a cultura material” (Sene 2017: 171).

Ampliando os interesses teóricos da Arqueologia de Gênero e traçando um paralelo desta com espaços, entramos na temática da Arqueologia da Paisagem. Colocando essas duas teorias na prática, condizemos com duas arqueólogas: Roberta Gilchrist (1994) e Eleanor Casella (2007), que trabalharam com a vida reclusa de mulheres religiosas na época medieval e o sistema de cárcere feminino estadunidense moderno, respectivamente. Esses trabalhos discutem o gênero em relação com a cultura material expressa pelos espaços, incluindo a paisagem, a arquitetura e os conceitos de lugar e espaço.

Gilchrist (1994) explana em sua obra a relação entre a instituição e a experiência individual, estudando a interpelação de gênero, ideologia e cultura material na construção de uma identidade de gênero. Desta forma, a paisagem e arquitetura estariam inundadas

de significados sociais e simbólicos e eram utilizadas como fatores limitantes contra essas mulheres. Casella (2007), por um outro lado, trabalha o paradoxo de clausura, explorando a origem e desenvolvimento do confinamento institucional e suas implicações na experiência de privação e perdas (psicológicas, ambientais, materiais etc.) que podem ser observadas no registro arqueológico. Assim, a arqueologia capta, através dos artefatos, documentos, iconografias e arquitetura, conhecimentos específicos desses locais que são diretamente relacionados ao sistema de gênero da época e as construções ideológicas que delimitam o certo e o errado e quem tem o direito de impô-lo.

O estudo da Arqueologia da Paisagem propriamente dito nos remete ao relacionamento entre os indivíduos e o espaço que é por eles ocupado e que dia após dia são transformados em ambientes de significados (Anshuetz 2001). Dentro desse ramo teórico, são muitas as discussões do significado de certos conceitos, assim vamos considerar a Arqueologia da Paisagem como um “contexto para modelar as formas que as pessoas no passado conceituavam, organizavam e manipulavam seus meios e as formas com que esses lugares moldavam os comportamentos e identidades de seus ocupantes” (Branton 2009: 51), lembrando que este é um espaço limitado onde o comportamento humano ocorre e que deve ser pensado criticamente na inter-relação entre as ações humanas e os lugares.

Para se delimitar esses espaços, é importante entender o significado de lugar, que, como descrevem Ashmore (2004) e Branton (2009), se relaciona com significados culturais, memórias individuais ou coletivas e envolve comportamentos ocorridos em tais locais (como cerimônias, histórias orais), formadores de uma identidade. Esses lugares estudados podem ser multivocais, possuindo diferentes significados para diferentes pessoas, dentro ou fora de um determinado espaço tempo, e esse tópico que torna possível o debate sobre esses lugares e seus significados. Sendo assim, com o passar o tempo, as diferentes pessoas que estavam naquele

lugar identificavam aquele espaço de formas diferentes e criaram memórias individuais e sociais distintas (Knap & Ashmore 1999) para uma mesma paisagem.

Holtorf & Willians (2006: 244), trabalhando com o conceito de memória nas paisagens, as consideram acumulativas, existindo em um mesmo ambiente memórias herdadas, habitadas, inventadas e imaginadas através da paisagem. Nesse tópico de estudo, a Arqueologia da Paisagem se vê intimamente ligada à Museologia, já que, como dito por Wichers (2018: 142), a memória cultural é representada por símbolos e pontos fixos que representam um gatilho, e os museus têm o papel de narrar e disseminar essas memórias. Deste modo, o MAI possui o papel de disseminar as memórias atreladas à paisagem local e/ou até mesmo de ocultar essas memórias. Vale destacar que “as memórias não residem simplesmente impressas em algum monumento” (Holtorf & Willians 2006: 243), e sim que indivíduos constroem mais memórias do que recuperam na paisagem, sendo influenciados por apropriações e histórias orais (Knap & Ashmore 1999: 13).

Sendo assim, já imergindo no tema do Recolhimento e relacionando com trabalhos como os das arqueólogas Gilchrist e Casella, espaço, gênero e relações de poder, pensamos sobre as sensações que esses locais poderiam provocar nas mulheres encarceradas. Como diria Pellini (2011), entender as sensações é uma alternativa de investigar o passado, mesmo que os ambientes estudados tenham mudado ao longo do tempo. Então, como forma de instigar nossas reflexões, surge a questão: seria possível investigar, a partir da paisagem, do gênero e da cultura material, o som do silêncio e da exclusão social quebrado pelo som das ondas do mar e dos animais? Entretanto, é justamente em relação a essa pergunta que nos interrogamos sobre o potencial da Musealização da Arqueologia para construir e comunicar essas narrativas sensíveis.

De Recolhimento de mulheres a Museu: estratigrafia de coisas, memórias e narrativas da paisagem do Canto Sul da Praia de Itaipu

Ao longo dos anos 2010, diversos trabalhos foram publicados sobre as ocupações do Canto sul da Praia de Itaipu (Andrade 2018; Ferreira 2015, 2017; Saladino 2010; 2017; Saladino, Barata & Biserra 2013; Saladino, Barata & Biserra 2015). Esses estudos abordaram a região sobre perspectivas museológicas, patrimoniais, históricas e arqueológicas, levando em conta as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, a construção do MAI, o sítio da Duna Grande, a colônia de pescadores e toda a área circunjacente. Por isso, não cabe – bem como não faz parte do rol de nossos objetivos – reproduzir e/ou sintetizar panoramas dedicados ao processo de ressignificação do Recolhimento de Santa Teresa, disponíveis na literatura especializada. Destarte, neste item do artigo, traçamos, em linhas gerais, os principais marcos dessas memórias.

Sob a ótica da pesquisa arqueológica na área, podemos destacar o trabalho de Saladino (2017), que analisou as faianças finas encontradas durante a drenagem de parte do pátio interno do Recolhimento para instalação de redes de esgoto, ocorrida em 2008. Além desse estudo, que observou especificamente parte da materialidade relacionada ao espaço do Recolhimento, podemos pontuar as teses de doutorado de Andrade (2018) e Saladino (2010), que tiveram em vista associar o patrimônio arqueológico de Itaipu com discussões museais e patrimoniais.

Do ponto de vista histórico, focalizamos no trabalho de Saladino, Barata & Biserra (2013) que mirou na história das mulheres que estiveram no Recolhimento de Santa Teresa, criando uma interface entre o estudo sobre elas e os usos da estrutura desse lugar posteriormente, fazendo uma pesquisa bibliográfica sobre a época em que estava ativa essa instituição. No ano seguinte, Saladino, Barata & Biserra (2015) produziram outro trabalho, este dedicado à reflexão sobre

o papel das instituições museais (neste caso especificamente o MAI) na preservação dos sítios arqueológicos do Recolhimento e da Duna Grande.

Assim como Saladino, Barata & Biserra (2015), Ferreira (2015) também trabalhou sob a ótica patrimonial, com a transformação das ruínas do antigo Recolhimento em museu dedicado à arqueologia pré-colonial da região, focando seu estudo nos processos e narrativas que transformaram aquele espaço em museu, realizando uma análise crítica sobre a relação das ruínas com os sítios pré-coloniais, que àquela altura eram o foco das narrativas museais do MAI. Em sua tese de doutorado em 2017, Ferreira aprofundou sua investigação sobre as narrativas criadas no espaço dessa entidade, problematizando o tombamento das ruínas, o projeto de formação do museu e as novas memórias e narrativas construídas pelos pescadores na construção daquele espaço.

Isto posto, cabe salientar que a maioria dos trabalhos em nível de pós-graduação não trata do Recolhimento a partir do estudo das mulheres, sendo este um tema secundário nas pesquisas sobre a dimensão patrimonial da região. Todavia, encontramos dois trabalhos de conclusão de curso de licenciatura de História dedicados às reclusas da região oceânica de Niterói, ambos coincidentemente destacando a figura de uma recolhida em particular, Fortunata Maria da Conceição, que teria, a despeito dessa condição, logrado escapar algumas vezes para se prostituir (Lima 1999; Cunha 2014).

Vale ressaltar que a estrutura do Recolhimento foi utilizada por diferentes agentes e cada um deixou sua marca e sua narrativa sobre aquele lugar. Tanto as mulheres que foram encarceradas no espaço do Recolhimento entre o fim do século XVIII e início do século XIX quanto as famílias dos pescadores que ocuparam seus remanescentes do início até o fim da primeira metade do século XX, deixaram rastros e marcas tangíveis e intangíveis naquela paisagem distante dos centros urbanos, como os registros arqueológicos e as memórias coletivas multivocais.

O processo de patrimonialização das ruínas, ainda na primeira década do século XX, está atrelado à especulação imobiliária e ao potencial do discurso autorizado do patrimônio cultural. O pedido de tombamento das ruínas, em instância federal, deu-se a partir da mobilização popular. Concretamente, a colônia de pescadores tradicionais, que se articularam com outros agentes locais para tentar, a partir dessa operação, fazer frente ao crescente e desordenado loteamento da região. O levantamento que resultou no inventário do bem contém poucas informações, mesmo as mais básicas, como a definição do proprietário do terreno. Ainda assim, as ruínas foram inscritas no Livro das Belas Artes do IPHAN, concluindo, em 1955, essa operação, seguida da consolidação das estruturas remanescentes.

Cabe salientar que a patrimonialização é um processo complexo que não se limita a atos administrativos, os quais podem provocar toda uma sorte de efeitos, positivos e/ou negativos sobre o próprio bem e sobre o entorno, incluindo as comunidades. No caso do Recolhimento, vale destacar a atuação de um agente local: o interventor de pesca, Hildo de Melo Ribeiro, reconhecido pelo próprio IPHAN como colaborador da entidade para a preservação do patrimônio cultural da região. Hildo marcou paisagens e memórias com suas ações, por vezes “policialescas” que resultaram na formação de uma coleção de objetos arqueológicos retirados por ele mesmo ou pelos moradores da região dos sítios existentes. Esses materiais fazem parte do acervo do MAI, fundado em 1977 como estratégia de proteger e divulgar o patrimônio arqueológico da zona.

Desde sua criação, o MAI priorizou a comunicação do patrimônio arqueológico pré-colonial, se tomamos por referência as exposições de longa duração realizadas até o momento. A atual “Percursos do tempo” se difere das demais por centrar-se nas temporalidades que, de certa forma, perduram e se mesclam na paisagem delineada pelos ritmos da pesca, dos fins de semana e das férias escolares.

Inaugurada em 2010, quando a entidade já estava vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ainda que traga material arqueológico colonial (fragmentos de faiança e louça coletados numa intervenção do IPHAN para drenagem do terreno) e objetos doados pelos pescadores locais, a exposição não direciona seu discurso para a memória reclusa e sensível das recolhidas e alijadas da sociedade, a maior parte à revelia.

Ao redefinir a missão institucional e direcioná-la para alguns princípios básicos da Museologia Social (como trabalhar na tríade patrimônio, comunidade e território, em parceria ativa com essa coletividade), o MAI operou uma espécie de reengenharia, baseando suas ações na perspectiva socioambiental, justificando suas escolhas na percepção de que a Arqueologia não daria conta de contemplar as atividades sugeridas pelo IBRAM. Deu-se início a toda uma sorte de atividades que pretendiam integrar patrimônio, comunidade e território, como os passeios ao Morro das Andorinhas e as mediações priorizando o patrimônio natural da região.

Paralelamente, o MAI procurou completar as lacunas sobre o Recolhimento, celebrando parceria com o Departamento de Estudos e Processos Museológicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, apoiando os pesquisadores dedicados a identificar e estudar as poucas e dispersas fontes sobre tal bem cultural no período entre meados do século XVIII e meados do século XX. De concreto, o MAI realizou uma espécie de circuito no interior das ruínas, com textos trazendo algumas informações sobre a vida das mulheres nos períodos colonial e imperial e reproduções de gravuras de Debret.

Mas a tônica e o foco ainda estavam dirigidos para a Museologia Social e para as comunidades do presente, especialmente os pescadores tradicionais. Assim, o MAI desenvolveu um projeto de inventário participativo com as memórias de agentes locais, das quais fazem parte o agente local investido de fiscal do patrimônio, os sítios arqueológicos da região e o próprio museu, e participou de diversos movimentos locais em prol

da preservação do patrimônio integral, como o movimento para a preservação da Laguna de Itaipu.

No segundo semestre do ano de 2019, a prefeitura de Niterói iniciou um projeto de repaginação urbanística no Canto Sul da praia de Itaipu. As obras, finalizadas em meados de 2020, implementaram uma praça para eventos defronte ao MAI, um *deck* e uma rampa para acessibilidade para a orla. Além dessas alterações focadas no turismo, a restauração paisagística contou com edificações de apoio para a comunidade pescadora Z-7. Essa reforma no Canto Sul pretende contribuir para a visibilização e valorização das ruínas do antigo Recolhimento, que sempre tiveram pouco destaque e apelo turístico. Espera-se que, após o período de pandemia da Covid-19, eventos e realizações públicas derivem na evidenciação do patrimônio integral e da história do Canto Sul.

Sobre interpretações e proposições

A paisagem pode ser entendida como a materialização da memória. Como descrito por Knap & Ashmore (1999), alinhados a Maurice Halbwachs (1990), os indivíduos podem fixar histórias individuais e/ou sociais nos espaços, porém deve-se considerar que essas 'histórias' foram e estão sendo influenciadas por mitos, apropriações etc., criando um senso de identidade para seus não-habitantes e habitantes. No caso da paisagem com uma ocupação de longa duração, onde se encontra o Recolhimento de Santa Teresa, a paisagem é acumulativa. As memórias foram herdadas, habitadas, inventadas e imaginadas através desse lugar (Holtorf & Willians 2006) e, no caso do Recolhimento, impressas em certas estruturas, como nas rochas e argamassas da construção. O lugar nunca pode ser entendido objetivamente (Carman & Carman 2012).

Sendo assim, essa memória plástica, moldada através de lentes sociais, individuais e políticas, existe em uma paisagem ativa e em pleno processo de mudanças físicas e simbólicas no Canto Sul de Itaipu. Por isso, a relação entre os significados

e os esquecimentos, que a estrutura que hoje abriga o MAI possui, nos sugere um deliberado e sutil pertinácio de apagar as violências e marcas do antigo Recolhimento feminino. Políticas de esquecimento de partes da história são comuns, principalmente quando as violências do passado geram frutos sociais e ideológicos até os dias atuais. O singular é a presença das ruínas do Recolhimento e o uso destas como um museu, que prioriza evidenciar, tanto na exposição de longa duração quanto nas atividades de mediação associadas ao roteiro arqueológico desenvolvido pelo setor educativo, a cultura material do Sambaqui da Duna Grande, mas que ainda não logrou investir na pesquisa e na comunicação sobre as mulheres ali recolhidas, replicando assimetrias e exclusões das narrativas androcêntricas tradicionais (Wichers 2017). Destarte, compreendemos que essas ruínas representam fisicamente as memórias silenciadas, sendo esse um patrimônio sensível.

O processo de patrimonialização das ruínas, representado pelo processo de tombamento e aplicação de outros instrumentos de proteção do patrimônio cultural brasileiro (como as intervenções de consolidação coordenadas pelo IPHAN ao longo do tempo) se relaciona e se fortalece no processo de musealização, a complexa cadeia operatória da Museologia, constituída de diversas e integradas ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação dos *musealia*, os objetos de museu³.

Em outras palavras, os remanescentes musealizados são parte do acervo do MAI em diálogo com os materiais arqueológicos coletados em intervenções pontuais de manutenção desse bem cultural, coordenadas pelo IPHAN. Assim sendo, o potencial comunicacional é reconhecido e afirmado demandando, na sequência, o investimento na pesquisa e na comunicação para a sua exploração.

3 *Musealia*: resultado do processo de transformação de um objeto museal, considerando valores atribuíveis a ele (artísticos, históricos, significância científica etc.). Ver: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf.

Como anteriormente mencionado, a pesquisa bibliográfica e documental com o intuito de compor um quadro interpretativo sobre a presença das recolhidas no Canto Sul da Praia de Itaipu, da qual o MAI participou, não logrou em coletar dados suficientes para construir uma narrativa cujas lacunas dificultassem a sua compreensão. Isto posto, reafirmamos a pertinência e relevância do investimento na pesquisa arqueológica intra e extramuros do MAI, ainda que haja limitações incontornáveis que reduzem as possibilidades de coletar materiais importantes para compreender algumas práticas, como os percursos realizados para o abastecimento de água doce (Saladino, Barata & Biserra 2015).

Entretanto, compreendemos que, pese as limitações apontadas, o MAI tem potencial e possibilidades de abordar de forma consistente, provocadora e transformadora em suas narrativas museais a questão de gênero e, em especial, a subordinação e invisibilização das mulheres nessa paisagem. A articulação entre cultura material do período de ocupação das recolhidas com outros elementos como as narrativas das moradoras de Itaipu, principalmente aquelas ligadas direta e/ou indiretamente (por relações de parentesco etc.) com a comunidade de pescadores tradicionais e a comunidade do Morro das Andorinhas pode resultar na evocação de memórias mais antigas da ocupação da região, bem como na reflexão sobre a preponderância do elemento masculino sobre os tempos e os ritmos do local.

Muito embora o MAI tenha realizado um louvável esforço de equilibrar as narrativas masculinas e femininas na publicação dedicada às memórias da região (Primo & Araújo 2018)⁴, se considerarmos as produções científicas cujo objeto é o museu, as narrativas museais da entidade (reproduzidas tanto na exposição de longa duração quanto nas mediações dos roteiros arqueológico e de educação ambiental) e o patrimônio integral de Itaipu,

4 No total de 40 depoimentos que constituem o conteúdo da publicação dedicada ao inventário participativo do MAI, 16 são narrativas femininas.

observamos, ainda, uma preponderância do olhar e da voz masculina sobre a vida e os patrimônios da região.

Considerando a potência narrativa da paisagem cultural, como materialização dos percursos do tempo, os remanescentes do antigo Recolhimento poderiam ser utilizados como uma paisagem, dando um senso de identidade e engajamento da comunidade em combate às violências contra as mulheres, principalmente tendo em vista o marcante número de casos de feminicídio no estado do Rio de Janeiro. Segundo o Instituto de Segurança Pública do Estado do Governo do Rio de Janeiro, entre março e dezembro de 2020, 45.477 crimes foram registrados sob a lei Maria da Penha, com mais de 250 vítimas (Núcleo de estudos ISP Mulher 2021). Assim, trazer à tona questões de gênero atreladas à própria história do local é um importante mecanismo de resistência e conhecimento. O MAI opta por uma temática socioambiental em detrimento da de gênero, porém os temas não são excludentes – ao contrário. Reconhecendo o papel da força feminina na dimensão sociocultural na longa duração, as narrativas museais poderiam ser entretecidas com esses temas, tendo como urdidura a percepção feminina sobre o ser e o estar na paisagem do Canto Sul da Praia de Itaipu, evidenciando, então, o papel das mulheres na transformação desse lugar (no passado pré-colonial, no tempo das recolhidas, no tempo das mulheres da colônia de pescadores do passado e do presente). Em outras palavras, compreendemos que as limitações da ordem documental e do registro arqueológico sobre o período de ocupação das recolhidas poderiam ser trabalhadas e, eventualmente, contornadas com a adoção de narrativas que evidenciem as relações de continuidade da presença feminina na região, marcadas no espaço social e simbólico da paisagem cultural do Canto Sul de Itaipu.

Para que esse diálogo entre o passado e o presente abordado seja tratado em profundidade, é de extrema importância a realização de prospecções e escavações arqueológicas na área do Recolhimento.

Essas futuras pesquisas, além de trazer à tona as memórias dessas mulheres recolhidas, podem nos informar sobre o cotidiano dessa área da cidade conhecida por “bandas d’além”. É certo que essa abordagem arqueológica apresenta evidentes limitações, uma vez que a área entorno do bem tombado já sofreu muitas intervenções e obras (algumas destas irregulares), não permitindo intervenções arqueológicas que dariam luz às questões como identificação da fonte de água ou a relação entre a vida social e econômica dentro e fora do Recolhimento (Saladino, Barata & Biserra 2015).

Notas finais

Os resultados preliminares da análise sugerem que os discursos da entidade ainda não se apropriaram das ondas dos feminismos retroalimentadas nem dos movimentos de renovação da Museologia, tampouco da Arqueologia – direcionados para uma Museologia e uma Arqueologia Queer e LGBTQI+ (Baptista & Boita 2018; Brulon 2020; Gomes, Tavares & Souza 2019), mantendo, em primeiro plano, as narrativas relacionadas ao passado pré-colonial e ao passado recente, centradas na pesca artesanal, cujo protagonismo está no olhar e nas vivências masculinas. O significado da paisagem local se transformou, não levando em conta a multivocalidade daquele espaço, onde a história daquelas mulheres encarceradas foi desatendida, mesmo com a presença das ruínas do antigo Recolhimento proporcionando uma memória retrospectiva e materializada. Essas ruínas figuram a ideologia patriarcal da época do Recolhimento, onde as mulheres eram privadas de suas liberdades e viviam em um paradoxo de confinamento e refúgio da vida matrimonial imposta. Assim, vê-se necessário um retorno à história daquelas mulheres encarceradas como forma de resistência e visibilidade feminina.

Em vista disso, o diálogo entre as narrativas arqueológicas e museais se torna imprescindível para que as mulheres do passado colonial, do passado remoto, do passado recente, do presente e do futuro dialoguem na

exposição museológica. A instituição museal pode trabalhar com a memória e a imagem das mulheres em associação com a paisagem, as documentações e os vestígios, trazendo a discussão de gênero para esse ambiente tão androcêntrico e eurocentrado. Como colocado por Wichers (2018), é utilizando a Museologia Social junto com práticas comunitárias e educativas que podemos colocar as mulheres como protagonistas e articular uma luta para

visibilizar suas memórias. No caso específico do MAI, as mulheres da comunidade pescadora Z-7 são parte fundamental nessa construção de narrativa feminista, onde as mulheres do passado (representadas pelas do Recolhimento) e as do presente (da comunidade) devem dialogar e participar das narrativas museais. Assim, tanto as mulheres quanto seus papéis fundamentais na transformação da paisagem do Canto Sul de Itaipu estariam presentes no Museu.

SALADINO, Alejandra; BRITO, Lucia. Stratigraphy of an invisible landscape: museum and archaeological narratives about the Convent of Santa Teresa, Niterói/RJ/Brasil. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 128-139, 2022.

Abstract: The Convent of Santa Teresa de Itaipu is an 18th-century building built to house women at the request or order of their male relatives, as well as those with deviant social behavior, and is located in the oceanic region of Niterói. Its deactivation, estimated in the second half of the 19th century, was followed by a process of abandonment and deterioration of its structures, which were used as housing by some families of traditional fishermen in the region. Its values as a heritage reference were recognized in 1955, when it was inscribed in the Book of Tombo das Belas Artes of the National Historical and Artistic Heritage Institute. Preserved in ruins, in 1977 it was transformed into a regional museum of IPHAN, the Itaipu Archeology Museum (MAI), initially dedicated to pre-colonial archaeology. Here, we aim to reflect on the place of the secluded in museum and archaeological narratives that constitute the museum's discourse - in the light of Gender Archeology, Landscape Archeology, and Museology. From the phenomenologically-based analysis, preliminary results come to suggest that the entity's discourse has not yet appropriated the waves of feminisms fed back by the Museology renovation movements, since it maintains, in the foreground, the narratives related to the pre-colonial and the recent past, centered on artisanal fishing and on the relationship with the landscape, whose protagonism is in the male gaze and experiences. The meaning of the local landscape was transformed without evidencing the multivocality of that space, where the memories of the incarcerated women remain underground, despite the materiality of the ruins of the old retreat providing a retrospective and materialized memory.

Keywords: Archaeology of gender; Archaeology of landscape; Museology, Musealization; Sensitive heritage.

Referências

- ANDRADE, M.N. 2018. *Os olhares sobre o patrimônio arqueológico de Itaipu (Niterói/RJ) e sua ressignificação como paisagem cultural*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ANSCHUETZ, K.F.; WILSHUSEN, R.H.; SCHEICK, C.L. 2001. An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. *Journal of Archaeology Research*, 9: 157-211.

- ASHMORE, W. 2004. Social Archaeologies of Landscape. In: MESKELL, L.; ROBERT, W.P. (Eds.). *A Companion to Social Archaeology*. Blackwell Publishing, Maiden, 255- 271.
- BARCELOS, A.; SALADINO, A. 2021. O futuro dos museus do futuro: provocações sobre os desafios da musealização na era da digitalização da vida. *Revista Museu*. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2021/11318-o-futuro-dos-museus-do-futuro-provocooes-sobre-os-desafios-da-musealizacao-na-era-da-digitalizacao-da-vida.html>. Acesso: 31/05/2021.
- BAPTISTA, J.; BOITA, T. 2018. Por uma Primavera nos museus LGBT: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo país. *Museologia e Interdisciplinaridade*, 7, 252-262.
- BRANTON, N. 2009. Landscape Approches in Historical Archaeology. In: MAJEWSKI, T.; GAIMSTER, D. (Eds.). *International Handbook of Historical Archaeology*. Springer, New York. v. 1, 51-65.
- BRULON, B. 2020. Museu queer e museologia da bricolagem: o problema da diferença nos regimes museais. *Museologia e Interdisciplinaridade*, 9, 81-94.
- BRUNO, M.C.D.O. 2018. Museus de arqueologia no Brasil: uma estratigrafia de abandonos e de desafios. In: COSTA, A.L.D.A.; LEMOS, E.B.R.D. (Orgs.). *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Ibram, Brasília, 112-122.
- CARMAN, J.; CARMAN, P. 2012. Walking the Line between Past and Present: 'Doing Phenomenology on Historic Battlefields'. In: COBB, H.; HARRIS, O. J.T.; JONES, C.; RICHARDSON, P. (Eds.). *Reconsidering Archaeological Fieldwork: Exploring onsite Relationships between Theory and Practice*. Springer, Nova York, 97-112.
- CASELLA, E.C. 2007. The Archeology of Institutional Confinement. *Material Culture*, 42, 101-103.
- CONKEY, M. W.; SPECTOR, J. D. 1984. Archeology and the Study of Gender. *Springer*, v.7, 1-38.
- CUNHA, V.M.D. 2014. *Proteção, correção e educação: a utilização e a funcionalidade da casa do recolhimento de mulheres de Santa Teresa de Itaipu entre os anos de 1776 e 1816*. Monografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DÍAZ-ANDREU, M. 2005. Gender Identity. In: DÍAZ-ANDREU, M. et al. (Eds.). *The Archaeology of Identity: Approaches to Gender, Age, Ethnicity and Religion*. Routledge, London, 13-42.
- FERREIRA, M.D.S. 2015. De ruínas a museus: os casos do museu das missões e do museu de arqueologia de Itaipu. *Revista Tempo Amazônico*, 3, 80-105.
- FERREIRA, M.D.S. 2017. *Percursos da memória: narrativas sobre o patrimônio no museu de arqueologia de Itaipu*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GILCHRIST, R. 1994. *Gender and Material Culture: The Archaeology of Religious Women*. Routledge, Londres.
- GOMES, K.A.D.O.; TAVARES, N.D.O.; SOUZA, N.A.O.D. 2019. Arqueologia e teoria queer: por uma arqueologia transviada. *Revista de Arqueologia Pública*, 13, 280-299.
- GONÇALVES, W.D.B. 2021. Ciência do Patrimônio. *Associação Nacional de pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio (ANTECIPA)*. Belo Horizonte. Disponível em: <http://lacicor.eba.ufmg.br/antecipa/index.php/ciencia-do-patrimonio/>. Acesso em: 31/05/2021.
- HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. Vórtice, São Paulo.
- HERNANDO, A. 2000. *La construcción de la subjetividad femenina*. Asociación Cultural Al-Mudayna, Madri.

- HOLTORF, C.; WILLIAMS, H. 2006. Landscape and Memories. In: HICKS, D.; BEAUDRY, M. (Eds.). *Historical Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge, 235-254.
- KNAPP, A. B.; ASHMORE, W. 1999. Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational. In: ASHMORE, W. *Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspectives*. Blackwell Publisher, 1-30.
- LIMA, S.M.S.D. 1999. "Casas Secretas": a reclusão feminina num estudo sobre o Recolhimento de Santa Teresa: Itaipu, 1794-1820. Monografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- NÚCLEO DE ESTUDO ISPMULHER. 2021. Mais de 250 mulheres foram vítimas de violência por dia durante o isolamento. *Governo do Estado Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=456#:~:text=Isso%20significa%20que%20cerca%20de,do%20Instituto%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica>. Acesso em: 07/07/2021.
- PELLINI, J. R. 2011. Onde está o gato?: realidade, arqueologia sensorial e paisagem. *Habitus*, 9(1).
- PRIMO, B.; ARAÚJO, M. 2018. *Inventário participativo pessoas e memórias*. Data Coop, Rio de Janeiro.
- SALADINO, A. 2017. As faianças finas do recolhimento de Santa Teresa, Niterói/RJ: algumas notas preliminares. *Habitus*, 15, 301-317.
- SALADINO, A. 2010. *Prospecções: o lugar do patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SALADINO, A. BARATA C. E.; BISERRA, N. D. F. 2015. O Museu de Arqueologia de Itaipu e os desafios da preservação das referências patrimoniais de Itaipu, Niterói, Brasil. SEMEDO, A.; SENRA, S.; AZEVEDO, T. *Processos de Musealização: um seminário de investigação internacional*. Atas do Seminário Processos de Musealização: um seminário de investigação internacional. Universidade do Porto, 224-251.
- SALADINO, A.; BARATA, C.E.; BISERRA, N.D.F. 2013. Longe das vistas: o Recolhimento de Santa Teresa na freguesia de São Sebastião de Itaipu. *Caderno Socioambiental*, 1, 43-56.
- SENE, G.M. 2017. Pela materialidade dos gêneros: repensando dicotomias, sexualidades e identidades. *Revista de Arqueologia*, 30, 162-175.
- WICHERS, C.A.D.M. 2017. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas. *Revista de Arqueologia*, 30, 35-50.
- WICHERS, C.A.D.M. 2018. Museologia, feminismos e suas ondas de renovação. *Revista Museologia e Interdisciplinaridade*, 7, 139-154.